

Para políticos, crise ajuda tese parlamentarista

Da Sucursal de Brasília

Políticos do PDS, do PMDB, do PDT e do PFL acreditam que a conjuntura econômica, as hesitações e as divisões do governo, fortalecerão nos debates sobre a nova Constituição a tese do regime parlamentarista. Para o senador Roberto Campos (PDS—MT), 69, a proposta dominará o debate entre os constituintes pois crises ministeriais não podem transformar-se em crises de governo e devem ser resolvidas no âmbito do Congresso. Ele disse que a conjuntura econômica “levantará certamente a questão do mandato do presidente”.

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), 48, disse ontem que a raiz da crise “é a ilegitimidade do mandato do presidente” e que seu partido proporá, logo no início dos trabalhos constituintes, a redução do mandato, a convocação de eleições diretas após a promulgação da nova Constituição e a revogação de toda a atual “legislação repressiva”.

O governador Franco Montoro, 70, disse que os temas sociais e econômicos, ainda que conjunturais, dominarão os debates do Congresso constituinte. “Há inegavelmente uma crise”, disse Montoro às 17h. O senador eleito Afonso Arinos (PFL-RJ) procurou desvincular a crise econômica do debate sobre o parlamentarismo, que ele defende. Afonso Arinos disse que “a experiência brasileira de cem anos de presidencialismo (desde 1889) foi simplesmente desastrosa”.

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), evitou comentários sobre a conjuntura econômica e o Congresso constituinte. Limitou-se a dizer ontem que espera que não haja problemas aos debates em função da crise.